

Correio Manhã	Periodicidade: Diário	Temática: Justica
	Classe: Informação Geral	Dimensão: 585
	Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
	Tiragem: 174177	Página (s): 1/28
12-03-2012		



ESTADO ■ USO DE CARTÕES DE CRÉDITO E TELEMÓVEIS POR GOVERNANTES

António Martins considera que a falta de informação gera responsabilidade civil, disciplinar e criminal

Juízes processam Governo Sócrates

■ Associação avança com queixa no Ministério Público contra os ministérios por dúvidas na utilização dos dinheiros públicos no anterior executivo

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

A Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP) vai apresentar ao Ministério Público uma queixa-crime contra vários ministérios do Governo de José Sócrates. Tudo por causa de dúvidas relativas à utilização de dinheiros públicos com cartões de crédito e telefones móveis e fixos.

No anterior executivo, a maioria dos gabinetes dos governantes usava cartão de crédito. O primeiro-ministro José Sócrates, por exemplo, tinha cartão de crédito e o seu gabinete contava

com um fundo de maneiio de 30 mil euros por mês.

A decisão da ASJP foi tomada em reunião da direcção realizada na sexta-feira, depois de ter analisado os documentos enviados pelos vários ministérios com informações sobre a utilização de cartões de crédito e telefones fixos e móveis por parte dos membros do Governo de José Sócrates. Ao CM, António Martins, presidente da ASJP, foi categórico: “Va-

mos avançar com uma participação criminal ao Ministério Público sobre toda a documentação a que tivemos acesso e que nos levanta reservas sobre

🔍 PORMENORES

● **PORTAS TEM CARTÃO**
O ministério de Portas tem cartão de crédito no valor de 4000 euros que só pode ser utilizado pelo chefe de gabinete em viagens oficiais.

● **PASSOS COM FUNDO**
O gabinete de Passos Coelho tem um fundo de maneiio de 30 mil euros por mês.

● **REGULAMENTAÇÃO**
O uso dos cartões não está regulamentado. Em 2002, o executivo de Durão Barroso fez uma deliberação que não foi publicada.

o uso dos dinheiros públicos.”

Com esta iniciativa, o presidente da ASJP espera que seja aberto “um inquérito à forma como foram usados os dinheiros públicos [pelos membros do anterior executivo]”. Até porque, tendo em conta a decisão de avançar com a queixa-crime, os ministérios não terão fornecido a informação solicitada pela ASJP. O próprio António Martins já havia deixado claro que os ministérios que não entregassem os documentos “incorriam em responsabilidade civil, disciplinar ou criminal”.

No anterior Governo, muitos ministros, secretários de Estado e chefes de gabinete tinham acesso a cartão de crédito pago pelo erário público para pagamento de despesas. ■

Falta de entrega de documentos fundamenta queixa